

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

CANNADINE, David – *Que é a História Hoje?* Lisboa: Gradiva, 2006. 218 p.

Director do *Institute for Historical Research*, da Universidade de Londres, David Cannadine coordena um estudo decisivo para o reequacionar da mais velha problemática da historiografia: a sua razão de ser. Em estreito diálogo com o influente livro do historiador britânico Edward Hallet Carr, *Que é a História*, vindo a terriero em 1961, a obra aqui passada em revista pretende, à distância de 40 anos, “celebrar a reavaliar” as inquietações e conclusões daquele estudioso. Como Cannadine declara no prefácio, impõe-se também “explorar e explicar os muitos desenvolvimentos e a surpreendente diversificação da história” desde a década de 60, assim como “criar um volume que pudesse alcançar o tipo de público alargado para o qual a história continua a ser um elemento essencial da cultura e educação públicas e da vida nacional” (p. 8).

Partindo, então, das interrogações, pistas, sugestões, afirmações e intuições de Carr, nove autores, distribuindo-se pelas variadas áreas da historiografia, discutem a pertinência, valor e importância da mais interdisciplinar das ciências sociais, adoptando um registo vívido, no qual se intercalam e completam saber histórico, experiência pessoal e, obviamente, o impacto das teses de Carr no seu próprio trabalho ao longo dos anos. Assim, *Que é a História Hoje*, mais do que um mero exercício de celebração, propõe um esforço crítico às previsões falhadas de Carr, nomeadamente a crença na sociologia enquanto principal mediadora e ciência auxiliar da história, não tendo o estudioso britânico antevisto a emergência da antropologia nos anos 70 e 80, no contexto do crescente interesse pela história das mentalidades.

No entanto, Carr também defendeu que a subjectividade nunca deixa de pairar e assomar a cada instante na oficina do historiador, pelo que, em boa medida, a escolha das temáticas a investigar, as fontes consultadas e o produto final resultam tanto das idiossincrasias do sujeito quanto do *zeitgeist*. Paradoxalmente, estas assunções ajudam a justificar as previsões erradas de Carr, pois, ao tempo em que *Que é a História* viu a luz do dia, a Escola dos *Annales*, as releituras de Marx e a preferência dos historiadores pela interpretação dos mecanismos reguladores das grandes estruturas económico-sociais, ditavam um menor interesse pela antropologia. Neste sentido e em última análise, o maior legado do historiador britânico assenta na crença de que cada geração (re)escreve o passado de acordo com o que pensa de si própria e das aspirações que a norteiam.

Com uma capa, pelo menos na versão portuguesa, onde figuram as efígies de alguns dos grandes senhores da história (Cristóvão Colombo, Júlio César, Infante D. Henrique, Adolf Hitler, Napoleão Bonaparte, Henrique VIII de Inglaterra, Mohandas Gandhi, Karl Marx e Mao Tsé-Tung, entre outros) – parecendo contradizer o pensamento de Carr, o qual era contrário às teses do “grande homem” –, o volume é composto por nove artigos. O mesmo resulta de um simpósio que teve lugar no *Institute for Historical Research*, da Universidade de Londres, entre 14 e 15 de Novembro de 2001. São eles: “Prólogo: Que é a História? – Hoje”, de Richard J. Evans (pp. 17-37); “Que é a história social hoje?”, de Paul Cartledge (pp. 39-59); “Que é a história política hoje?”, de Susan Pedersen (pp. 61-84); “Que é a história religiosa hoje?”, de Olwen Hufton (pp. 85-110); “Que é a história cultural hoje?”, de Miri Rubin (pp. 111-128); “Que é a história

do género hoje?”, de Alice Kessler-Harris (pp. 129-149); “Que é a história intelectual hoje?”, de Annabel Brett (pp. 151-172); “Que é a história imperial hoje?”, de Linda Colley (pp. 173-190); e Epílogo – “Que é a história hoje?”, de Felipe Fernández-Armesto (pp. 191-206).

O prólogo de Richard J. Evans começa por distinguir “historiador” e “cronista”, considerando o primeiro como responsável maior pela “compreensão e interpretação dos padrões e regularidades do passado” (p. 18), enquanto o segundo se limita a narrar acontecimentos. Segundo o autor, importa novamente separar águas entre aqueles velhos concorrentes. É que o ressurgimento do romance histórico e o investimento da indústria cinematográfica nos filmes de época, muito mais apelativos para o grande público do que a produção científica – Hollywood é classificada como “pura e simples distorção” (p. 31) –, têm ajudado a remeter as obras de natureza historiográfica para círculos cada vez mais restritos e elitistas, em virtude da sua menor atracção estética e sensorial. Se é certo que as longas-metragens, casos daquelas versando a Segunda Guerra Mundial, costumam ostentar um hiper-realismo no que concerne aos cenários, nem sempre a verdade histórica consegue emergir, razão para Richard J. Evans sublinhar um dos maiores ensinamentos de Carr: muito embora o historiador não consiga ultrapassar a sua subjectividade, jamais manipulará e distorcerá factos (p. 34).

Enquanto o artigo seguinte, discorrendo a propósito da história social, aborda uma vez mais o cinema, desta feita enquanto metáfora, na medida em que a história social pode ser comparada à fotografia, enquanto a história política encontra paralelo no cinema (é caso para perguntar se a sobreposição rápida de fotografias não irá gerar movimento?)

– já Susan Pedersen refere que, de todos os géneros, a história política é o que menos necessita de questionamento. Tal asserção, porém, não impede que a autora esqueça que a “crise” da história política dos anos 60 e 70, perante um modelo historiográfico mais sensível às grandes estruturas económico-sociais e à longa duração, ainda persista numa subdisciplina “florescente e cada vez mais consensual” em Inglaterra.

Por sua vez, Olwen Hufton, da Universidade de Oxford, argumenta que a história religiosa conheceu uma grande evolução na segunda metade do século passado, começando os investigadores a privilegiar os seus aspectos culturais, de prática popular, e menos as relações das hierarquias eclesíásticas com o poder político (p. 85). Ou seja, passou-se “do sacerdote para o rebanho” (p. 87). De resto, importantes historiadores – Le Roy Ladurie, Jean Delumeau e Michel Vovelle – e os seus trabalhos sobre as heresias medievais, o surgimento e a consolidação cultural do Purgatório e a descristianização do Ocidente do século XVIII, corporizam essa tendência.

O texto de Miri Rubin, “Que é a história cultural hoje?”, começando por prevenir contra o uso excessivo da palavra “cultura”, parece continuar o artigo anterior, pois a tónica é posta, uma vez mais, nos anos 70 e 80, os quais consagraram a emergência da história das mentalidades, emergência essa estreitamente imbrincada na produção historiográfica medieval. Depois, Rubin acrescenta que esses investigadores, sem serem marxistas, ao erigirem a história cultural em superestrutura das longas séries económicas (infra-estrutura), tinham uma dívida para com o autor de *O Manifesto do Partido Comunista* (p. 117).

No que respeita à história do género, as palavras eloquentes de Alice Kessler-Harris,

docente da Universidade de Columbia, revelam particular apreço pelas ideias de Carr, especialmente quando sustenta que o historiador consegue obter os factos que secretamente deseja ou que “toda a história é escrita sobre valores subjectivos” (p. 132). Num segundo momento, Kessler-Harris debate, não sem ironia e algum humor, sexismo, feminismo e escrita da história.

Annabel Brett aborda a história intelectual. Questionando o eclecticismo deste subgénero (p. 152), a autora não esconde a sua predilecção por uma mais abrangente história das ideias, capaz de apreender os diferentes matizes do clima mental da época, e não tanto aquela tendência de estudar intelectuais desgarrados e isolados da sociedade envolvente, cujo pensamento não deixou marcas nem influências.

Linda Colley, em “Que é a história imperial hoje?”, traça o percurso e analisa as problemáticas de um subgénero que, em Portugal, em bom rigor, não existe, repartindo-se entre a história do colonialismo e pós-colonialismo, a história diplomática e a história particular de cada império. Advogando a necessidade de uma perspectiva comparativa entre os diversos impérios (coloniais), Linda Colley entende, por isso, que o estudioso destas temáticas, mais do que nunca, necessita de uma visão global, interdisciplinar e da longa duração (p. 178). Ao mesmo tempo, a percepção das diversas formas de racismo, explícitas e dissimuladas, deve fazer parte das competências do especialista desta área, assim como nunca deve escamotear o ponto de vista do colonizado.

O artigo mais interessante é, sem dúvida, o epílogo, “Que é a história hoje?”, da lavra de Felipe Fernández-Armesto. Descrevendo, em traços largos, a evolução da sociedade pós-*Que é a História*, também Fernández-Armesto aplica o método de Carr, segundo o qual a historiografia é

filha das inquietações e inclinações do seu tempo. Assim sendo, o esbatimento das diferenças entre classes, estatutos e gerações, mas secundado pela persistência do fosso entre ricos e pobres, em muito terá motivado o despontar de um ramo historiográfico não previsto por Carr: a história daqueles sem voz na história (p. 189). Por outro lado, a “contracolonização” da Europa terá estimulado uma historiografia cada vez mais ligada à interpretação do colonialismo, anticolonialismo e às identidades nacionais dos novos países.

Escrevendo acerca da expansão do ensino superior e do número de historiadores, Fernández-Armesto não deixa de lamentar o empobrecimento dos laços entre dois “irmãos de armas”: os professores universitários e os professores do ensino secundário. Nesta linha de raciocínio, o autor aponta outras críticas à escola contemporânea, caso da cada vez menor importância da disciplina histórica no currículo académico, patente na menor qualidade dos manuais escolares. Daí que, em seu entender, a sociedade tenha reagido: em Inglaterra os levantamentos genealógicos perfazem cerca de 70% das pesquisas em arquivos – em Portugal é de assinalar a popularidade das feiras e mercados medievais. Porque, em última instância, a história deve “engrandecer a vida e preparar a morte” (p. 198). Atentos ao que arte e a literatura fazem, os historiadores não devem esquecer o seu papel de interlocutores privilegiados de uma dimensão que todos toca: o passado.

Sérgio Neto  
Colaborador do CEIS20